

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.917 - SP (2019/0215042-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : JOSE ALVARES BARBOSA OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS BARBOSA DE JESUS - SP114329**  
**ANDRÉ GUIDI BARBOSA DE JESUS - SP307213**  
**AGRAVADO : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**  
**S.A**  
**ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR - SP247319**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO “CUMPRIMENTO DE SENTENÇA” Rejeição da exceção de pré-executividade Insurgência contra o alegado excesso de execução, contra a aplicação da multa cominatória por descumprimento de obrigação de fazer, bem como contra o valor atribuído pelo exequente às custas e despesas processuais Matérias não cognoscíveis de ofício. Necessidade de dilação probatória, não condizente com a estreita via da exceção de pré- executividade Impossibilidade de utilização da objeção como sucedâneo da Impugnação Possibilidade de modulação do valor das astreintes aplicadas. Inocorrência da preclusão. Matéria cognoscível de ofício. Inteligência do art. 537, § 1º, do CPC - Redução da sanção cominatória a valor condizente com a discussão patrimonial travada pelas partes Decisão parcialmente reformada RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.  
Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 968/972).

No recurso especial, a parte ora agravante alega violação do artigo 537, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, na redução da multa arbitrada no valor de R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais) para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), eis que já vencida, bem como "razoáveis e proporcionais ao objeto da causa e ao poder econômico da recorrida" (e-STJ, fl. 1011). Pleiteia a redução de seu valor.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 1016-1025).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor

# Superior Tribunal de Justiça

da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Anoto que, à luz da jurisprudência do STJ, a multa por descumprimento de ordem judicial pode ser revista, de ofício ou a requerimento da parte, em qualquer momento, até mesmo após o trânsito em julgado da decisão, em sede de execução, quando se verificar que foi estabelecida fora dos parâmetros da razoabilidade ou quando se tornar exorbitante, podendo gerar enriquecimento indevido. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - MULTA DIÁRIA - VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA - REDUÇÃO DO QUANTUM EXECUTADO - POSSIBILIDADE DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DA PARTE.

1. O legislador concedeu ao juiz a prerrogativa de impor multa diária ao réu com vista a assegurar o adimplemento da obrigação de fazer (art. 461, caput, do CPC), bem como permitiu que o magistrado afaste ou altere, de ofício ou a requerimento da parte, o seu valor quando se tornar insuficiente ou excessiva, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não se observando a preclusão ou a coisa julgada, de modo a preservar a essência do instituto e a própria lógica da efetividade processual (art. 461, § 6º, do CPC).

2. Ante o inadimplemento da dívida, o credor requereu o pagamento do valor das *astreintes*, no valor de R\$ 443.785,75 (quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos). Tendo em vista a evidente desproporção do *quantum* executado, o Tribunal *a quo*, em sede de agravo de instrumento, reduziu o valor da multa para o valor da condenação por danos materiais e morais com as devidas atualizações, aproximadamente R\$ 51.917,68 (cinquenta e um mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos).

3. Certo é que o valor estabelecido a título de *astreintes* não pode gerar um enriquecimento sem causa do acionante, agora exequente, razão pela qual impositiva era a sua redução, tarefa que pode perfeitamente ser realizada durante a fase de execução das *astreintes*, com base no disposto no art. 461, §6º, do CPC, consoante entendimento consolidado nesta Corte Superior.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 195.303/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 12.6.2013)

PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ASTREINTE. REVISÃO A QUALQUER TEMPO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. MULTA COMINATÓRIA. PROPORCIONALIDADE. ACÓRDÃO EMBASADO EM PREMISSAS FÁTICAS. ÓBICE NA SÚMULA 7/STJ.

1. Não há violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. A jurisprudência desta Corte Superior entende que a redução do valor das astreintes, disposta no § 6º do art. 461 do CPC, não faz coisa julgada material, podendo seu valor ser revisto, a qualquer tempo, caso se torne insuficiente ou excessivo.

3. O acolhimento da pretensão recursal, no intuito de rever a proporcionalidade da multa confirmada pela origem, destarte, demandaria o reexame das provas do processo, obstando a admissibilidade do especial à luz da Súmula n. 7 desta Corte.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 485.780/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 13.5.2014)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. MULTA COMINATÓRIA. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. DESPROPORCIONALIDADE. REDUÇÃO.

1. Nos termos do art. 461, §§ 5º e 6º, do CPC, pode o magistrado a qualquer tempo, e mesmo de ofício, alterar o valor ou a periodicidade das astreintes em caso de ineficácia ou insuficiência ao desiderato de compelir o devedor ao cumprimento da obrigação. Por outro lado, o montante da multa cominatória deve guardar proporcionalidade com o valor da obrigação principal cujo cumprimento se busca, sob pena de a parcela pecuniária ser mais atrativa ao credor que a própria tutela específica.

2. No caso, a obrigação principal era a entrega de veículo automotor orçado em cerca de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), tendo o montante da multa alcançado mais de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.434.469/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 4.4.2014)

Via de regra, a apreciação dos critérios para a fixação da multa

# *Superior Tribunal de Justiça*

cominatória ou para a modificação de seu valor impõe o reexame de circunstâncias fático-probatórias da causa, o que faz aplicável a Súmula 7 do STJ. Esse óbice, todavia, pode ser afastado em casos excepcionais, quando a multa cominatória for fixada de forma irrisória ou exorbitante (AgRg no AREsp 268.900/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/5/2014, DJe 3/6/2014).

Na hipótese, o Tribunal de origem revisou o montante total da multa para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por considerá-lo mais adequado, fundamentando nos seguintes termos (e-STJ, fls. 948/949):

Portanto, à luz do caso concreto, e sabedora da imposição da multa de R\$ 5.000,00 por cada ato de cobrança indevida (alegou-se ter havido 78 violações), é imperioso que se invoque os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, para que se dê a justa solução para as partes.

Neste diapasão, em conformidade com os postulados axiológicos suscitados, não há outra conclusão senão a de que as astreintes cobradas pelo exequente (R\$ 385.000,00) se afiguram deveras excessivas, razão pela qual devem ser reduzidas ao razoável montante de R\$ 20.000,00, consentâneo com o valor patrimonial envolvido na causa que deu ensejo ao litígio entre as partes.

Assim, a revisão do entendimento adotado pelo Tribunal de origem, demandaria necessário reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, em razão do óbice erigido pela Súmula 7/STJ.

Ademais, considerando-se o valor da multa estipulada, não identifico no caso concreto situação excepcional a justificar a intervenção do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora